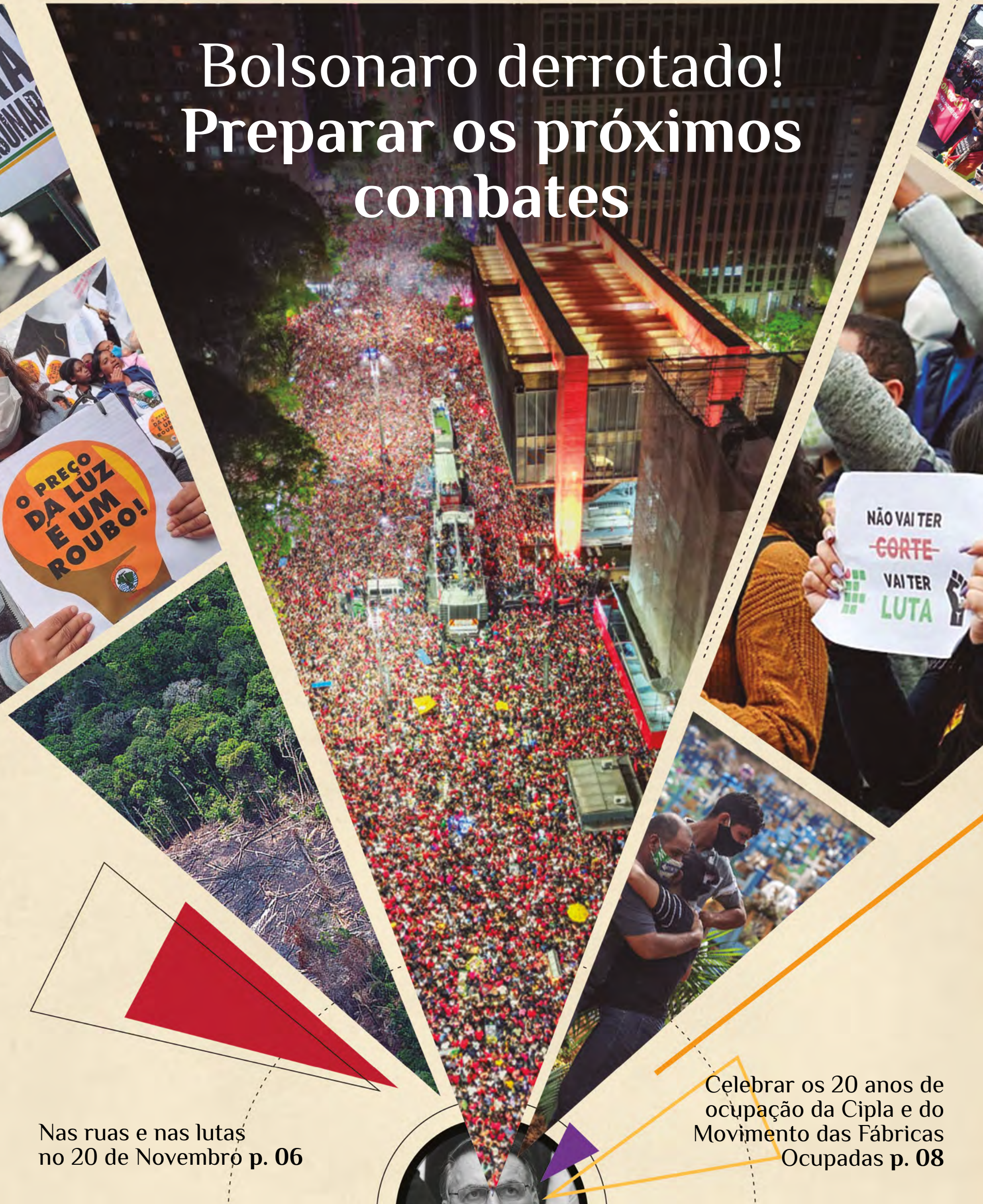


TEMPO DE REVOLUÇÃO

NOVEMBRO DE 2022 - R\$ 5,00

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 24

Bolsonaro derrotado! Preparar os próximos combates



Nas ruas e nas lutas
no 20 de Novembro p. 06

Celebrar os 20 anos de
ocupação da Cipla e do
Movimento das Fábricas
Ocupadas p. 08

EDITORIAL

Após as eleições, preparar as próximas vitórias!

Organizar e mobilizar com independência de classe!

A derrota de Bolsonaro é uma vitória da classe trabalhadora e da juventude que abre uma nova situação política no país. O ódio popular ao governo reacionário superou o amplo e descarado uso da máquina estatal na disputa eleitoral, as fake news e, também, a política de conciliação de classes de Lula e do PT.

No 1º turno, Lula teve 6 milhões de votos a mais que Bolsonaro. No 2º turno, essa diferença caiu para 2 milhões de votos, a menor diferença já vista em um 2º turno de disputa presidencial desde o fim da Ditadura Militar. Um governo que carrega a responsabilidade direta por quase 700 mil mortes na pandemia, isolado internacionalmente, rejeitado pela maioria da população, e que navega em meio a altas taxas de inflação e desemprego, poderia ter sido derrotado de maneira mais contundente, já no 1º turno, ao invés de conseguir 58 milhões de votos no 2º turno e a eleição de governadores e de parlamentares identificados com o bolsonarismo.

A campanha de Lula enterrou qualquer reivindicação popular com que tinha coqueteado no começo da trajetória. Na campanha do 2º turno, ampliaram-se as alianças com a burguesia. Ao invés da laicidade do Estado, Lula passou a ci-

tar “Deus” a todo momento, tentando parecer mais religioso que Bolsonaro. Colocou-se pessoalmente contra o aborto, sem explicar a necessidade de legalizar o direito das mulheres ao aborto. Lançou a “Carta ao Brasil do Amanhã” que, assim como a “Carta ao Povo Brasileiro” de 2002, foi um compromisso com o capital financeiro de manutenção da “responsabilidade fiscal”, leia-se: pagar a dívida pública em primeiro lugar, mesmo que para isso tenha que cortar orçamento de qualquer área essencial. Só a partir da reta final do 1º turno, a campanha de Lula convocou comícios de massa. No geral, o que vimos foi uma campanha centrada na internet, com

ataques despolitizados ao adversário, ao invés de uma campanha que impulsionasse a organização e mobilização a partir de comitês de base, nos bairros e cidades, dialogando com as necessidades concretas do proletariado.

A aliança com a burguesia, longe de ser a razão da vitória, é de maneira mais ampla a razão para o retrocesso da consciência de classe de parcelas do proletariado, propiciando o avanço do bolsonarismo. Nessas eleições, esta política conciliadora e a ausência de um programa de ruptura com o capital é a razão para Bolsonaro e o bolsonarismo não terem sido expulsos do poder com uma humilhante derrota

que os fizesse voltar para a insignificância política. É verdade que Bolsonaro se vale do conservadorismo que há em diversos estratos da sociedade brasileira, mas uma campanha audaz, com propostas sociais de ruptura com o capital, com uma retórica combativa e classista, poderia ter relegado a um segundo plano todo o debate religioso e de caráter moral que os conservadores buscaram impor e teria demolido a demagogia de Bolsonaro. Além disso, Bolsonaro utiliza de maneira demagógica um discurso contra o sistema, conectando-se com uma parcela de eleitores fartos deste sistema, ou seja, fartos da podridão da democracia burguesa,

e que não veem uma opção visível anti-sistema à esquerda. A candidatura de Lula, aliás, aliando-se a vários elementos da velha política, apareceu mais do que a candidatura de Bolsonaro como sendo a representante do velho sistema.

Bloqueio de rodovias, a farsa de um golpe

No domingo, após a confirmação da derrota eleitoral de Bolsonaro, manifestações de alegria explodiram no país inteiro. Lula, no discurso após a vitória, ao lado dos aliados burgueses, declara então que vai “governar para 215 milhões de brasileiros, e não apenas para aqueles que votaram em mim. Não existem dois Brasis. Somos um único país, um único povo, uma grande nação”.

Só que não é possível apagar a divisão de classes na sociedade. Há uma polarização no Brasil e no mundo fruto da crise internacional do capitalismo e da agudização da luta de classes. Setores da pequena burguesia, atíçados por Bolsonaro, não concordaram que “não existem dois Brasis” e começaram, já na noite de domingo, a bloquear rodovias, sem reconhecer o resultado das eleições e clamando por uma intervenção militar. Mas estes bloqueios foram realizados por grupelhos e só foram possíveis pela co-



Milhares se reuniram na Avenida Paulista (SP) após a vitória de Lula no domingo

EXPEDIENTE

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Evandro Colzani
Diagramação: Henrique de Macedo
Capa: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo

Comitê de Redação: André Mainardi, Francine Hellmann, Mariana Rosa, Michel Silva e Michelle Vasconcellos

Jornalista Responsável: Rafael Prata
MTB nº 40040/SP

TEMPO DE
REVOLUÇÃO

nivência da Polícia Rodoviária Federal (a mesma que tentou dificultar a votação no domingo nas regiões com votos majoritários no PT) e o apoio de empresários bolsonaristas.

Estes bloqueios estão diminuindo, mas continuam ainda hoje (2 de novembro). O proletariado demonstrou seu descontentamento com estas ações dos radicais de direita de maneira dispersa, mas com alguns significativos exemplos. Em um vídeo podemos ver trabalhadores em um ônibus xingando os “manifestantes” bolsonaristas de burgueses e desocupados. Em outro vídeo, podemos ver moradores de um bairro proletário desfazendo os bloqueios, a mesma ação se repete em vídeos com a participação de operários fabris e de estaleiros. A torcida organizada dos times de futebol Atlético Mineiro e do Corinthians liberaram à força rodovias bloqueadas para poder assistir aos jogos de seus times. Isso tudo demonstra que um chamado da direção do PT, do PSOL, da CUT ou de qualquer grande organização proletária para uma ação de Frente Única teria varrido esta chusma de reacionários em pouquíssimo tempo, como a Esquerda Marxista defendeu ontem a partir do chamado da direção do MTST.

O pronunciamento de Bolsonaro e a continuidade do bolsonarismo

Bolsonaro ficou calado por quase 45 horas após o resultado das eleições. A demora em se pronunciar possivelmente se deveu à tentativa de negociar algum tipo de anistia para não ser preso com a perda do foro privilegiado. Além disso, o silêncio prolongado de Bolsonaro indica que ele tinha alguma esperança de ter condições de não reconhecer o resultado das eleições. No entanto, um a um, seus aliados foram reconhecendo a vitória de Lula-Alckmin desde domingo, deixando Bolsonaro cada vez mais isolado. Setores da burguesia começaram a se pronunciar enfaticamente contra os bloqueios que, afinal, prejudicam seus negócios. A continuidade do silêncio de Bolsonaro poderia ser prova clara de que o presidente estava incentivando um golpe. Bolsonaro teve



Marcelo Pinto, A Platéia

Bloqueios de rodovias que ocorreram por todo o Brasil demonstrando a falência das instituições

que falar, mesmo que por 2 minutos e 3 segundos, em um discurso dúbio.

No pronunciamento de terça-feira Bolsonaro não disse claramente que os bloqueios deveriam cessar, mas condenou-os, classificando-os como “cerceamento de ir e vir” e que estes eram os métodos da “esquerda” que a direita não poderia adotar. Em um vídeo divulgado na quarta-feira à noite em suas redes sociais, certamente pressionado pela burguesia, ele apela claramente pelo fim dos bloqueios de rodovias. No pronunciamento de terça ele disse que as manifestações “são fruto de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral”, completando que as manifestações pacíficas são bem-vindas. Ou seja, insinua que houve irregularidades no processo eleitoral e encoraja que os protestos continuem de outras formas. No seu pronunciamento ele não reconheceu o resultado da eleição, no entanto, em seguida falou o ministro-chefe da Casa Civil, que declarou que o presidente o havia autorizado a iniciar o processo de transição. Portanto, um reconhecimento da derrota na prática.

Bolsonaro, no seu curto discurso, busca manter o ânimo da direita: “A direita surgiu, de verdade, em nosso país. Nossa robusta representação do Congresso mostra a força de nossos valores: Deus, pátria, família e liberdade”, repetindo assim o slogan baseado no que era utilizado pela Ação Integralista Brasileira, os fascistas brasileiros nos anos 1930. E finaliza o discurso: “é uma honra ser o líder de milhões de brasileiros que,

como eu, defendem liberdade econômica, religiosa, de opinião, a honestidade e as cores verde e amarela da nossa bandeira.”

Apesar da derrota eleitoral e do isolamento, é certo que nem Bolsonaro sairá da cena política nem o bolsonarismo

Apesar da derrota eleitoral e do isolamento, é certo que nem Bolsonaro sairá da cena política nem o bolsonarismo. A cada oportunidade convocarão atos contra o novo governo. Os bloqueios de estradas e os atos que estão realizando hoje em frente a edifícios militares em prol de uma intervenção militar são uma demonstração disso.

O governo Lula, a luta do proletariado e as tarefas dos revolucionários

A Esquerda Marxista analisou em diversos documentos e resoluções que a classe operária não estava derrotada, encontrava-se bloqueada e em compasso de espera por conta da política da direção dos aparatos. A vitória da candidatura de Lula é uma vitória arrancada pela classe trabalhadora e a juventude, que se manifestou massivamente nos últimos anos contra o governo e que só não conquistou a queda de Bolsonaro nas ruas por conta da linha das direções de canalizar o ódio popular para a via institucional, eleitoral.

No episódio do bloqueio de rodovias, temos visto fagulhas da disposição da classe em agir, apesar de todo o apelo da direção por paz, amor, unidade e confiança nas instituições burguesas. A tarefa dos marxistas neste momento é combater pela frente única do proletariado e explicar a atual situação e as perspectivas, evidenciando a responsabilidade das direções, organizando os militantes que alcançam a compreensão da necessidade da organização independente do proletariado na luta pela superação do regime da propriedade privada dos meios de produção, fundamentando este combate na teoria marxista.

O governo Lula, sabemos, será um governo de União Nacional, um governo de um partido operário com a maioria da burguesia. A indicação de Geraldo Alckmin como o coordenador da transição mostra quem vai mandar no governo – a burguesia. Nós sabemos, só com a ruptura com a burguesia poderá haver o atendimento das reivindicações da classe trabalhadora e da juventude.

O chamado “centrão” e, inclusive, o presidente do PL (partido de Bolsonaro) já estão abertos para “conversas” e “negociações” sobre o próximo orçamento. Todos sabemos o que isto quer dizer – por quanto eles vão vender o seu passe. Afinal, “rei morto, rei posto” e a imensa maioria dos deputados do podre Congresso Nacional colocam seus esquemas e privilégios em primeiro lugar.

Os trabalhadores, entretanto, na situação atual, foram vitoriosos. E vão cobrar esta vitória. Cobrarão o atendimento das

reivindicações, o retorno de direitos retirados, utilizando seus métodos de luta: greves, manifestações e ocupações. Vale lembrar que a partir da campanha e da vitória de Lula em 2002, surgiu o Movimento das Fábricas Ocupadas em Joinville que, aliás, a Esquerda Marxista comemora agora com a campanha de 20 anos de ocupação das fábricas Cipla e Interfibra, tema da nova edição da revista teórica “América Socialista – Em Defesa do Marxismo” e com a atividade comemorativa que realizaremos em 3 de dezembro em Joinville, com transmissão online.

No próximo período teremos a intensificação da luta de classes com um governo de unidade nacional comprometido com os interesses da burguesia, uma extrema-direita que buscará a todo momento desestabilizar este governo para voltar ao poder, e a classe trabalhadora e a juventude disposta a lutar por empregos, direitos e melhores condições de vida. É preciso nos preparar, organizarmos para esta situação, para estes combates. É preciso fortalecer a organização revolucionária, é preciso redobrar os esforços pela construção da Esquerda Marxista, seção brasileira da Corrente Marxista Internacional.

Por um governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais!

Viva o socialismo internacional!

** Este artigo foi publicado originalmente no dia 02 de Novembro de 2022, em marxismo.org.br*

SITUAÇÃO POLÍTICA E ATIVIDADE DA EM

PEC 32: a maior devassa sobre os direitos dos trabalhadores no serviço público

LUIZ GUSTAVO
ASSAD RUPP

No contexto da guerra de classes os trabalhadores foram fortemente atacados nos últimos anos. Em 2017, no governo Temer, foram aprovadas duas leis que representaram grande retrocesso em matéria de direitos trabalhistas: a Lei nº 13.429/2017, que ampliou as possibilidades de terceirização e a Lei nº 13.467, que alterou várias disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O governo Bolsonaro, ainda na campanha, afirmava que a legislação trabalhista deveria ser reduzida ao nível da informalidade, mas seu principal alvo, desde que assumiu foi o serviço público.

Na famosa reunião ministerial de 22 de abril de 2020, no início da pandemia, Paulo Guedes esbravejava: “E nessa confusão toda, todo mundo estão (SIC) que estão distraído, abraçaram a gente, rolaram com a gente, nós já botamos a granada no bolso do inimigo: dois anos sem aumento de salário”.

A granada referida por Guedes era o então projeto de lei 39/2020, que congelava os salários dos servidores até 31/12/2021, atingindo a contagem do tempo de serviço para fins de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio, etc.

Mas o pior ainda estava por vir. Em setembro de 2020, por iniciativa do governo Bolsonaro, foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional nº 32, ou PEC 32, como é conhecida. A PEC se encontra em tramitação bastante avançada e Arthur Lira pretende sub-

metê-la ao plenário logo após as eleições.

A PEC 32, se constitui no maior ataque aos servidores e ao serviço público, desde a promulgação da Constituição de 1988. A PEC 32 está para os servidores públicos, como a reforma trabalhista de Michel Temer, aprovada em 2017, esteve para os trabalhadores celetistas, mas com agravantes, como será demonstrado a seguir.

A proposta, além de afetar uma série de direitos na carreira dos servidores públicos, atinge também as aposentadorias, a organização sindical e, finalmente, a qualidade do serviço público para o conjunto da população, sobretudo a classe trabalhadora e os setores sociais mais vulneráveis.

Estabilidade

A estabilidade no emprego deveria ser direito garantido não apenas aos servidores públicos, mas ao conjunto dos trabalhadores. Até a criação do Fundo de Ga-

A PEC 32, se constitui no maior ataque aos servidores e ao serviço público, desde a promulgação da Constituição de 1988. A PEC 32 está para os servidores públicos, como a reforma trabalhista de Michel Temer, aprovada em 2017, esteve para os trabalhadores celetistas

rantia por Tempo de Serviço (FGTS), a estabilidade no emprego era direito previsto para os trabalhadores cujo contrato de trabalho era regido pela CLT. Porém, na prática, tal direito era pouco acessível, pois conquistado apenas quando o trabalhador completasse dez anos de contrato de trabalho. De qualquer forma, com o advento do FGTS, a estabilidade passou a ser uma “opção” que existia apenas no papel, pois,

concretamente, no ato da admissão o trabalhador era obrigado a “optar” pelo regime do FGTS.

Mas é bom lembrar que a proteção contra a demissão imotivada (que não se confunde com a estabilidade) é direito previsto, mas não regulamentado, pela Constituição Federal de 1988 (art. 7º, I), bem como pela Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho. Nada mais justo, considerando que o principal direito da classe trabalhadora é o próprio direito de trabalhar para garantir a sobrevivência, sua e de seus dependentes.

Mas para os servidores públicos a questão é ainda mais complexa. A estabilidade, adquirida após três anos de investidura no cargo, garantida pelo art. 41 da Cons-

tituição, protege os trabalhadores do serviço público contra eventual mercantilização de empregos públicos a cada quatro anos, quando ocorrem mudanças no comando do Poder Executivo ou do Poder Legislativo. O servidor estável também está protegido de eventuais pressões exercidas pelas chefias para beneficiar este ou aquele aliado ou protegido político, o que possibilita ao conjunto da população, a impessoalidade na prestação do serviço público. Mesmo assim, favorecimentos e discriminações ocorrem, mas essa seria a regra caso os servidores não possuíssem a garantia da estabilidade.

Atualmente, a Constituição (Art. 41) estabelece três possibilidades de perda do cargo para o servidor estável:

“I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado (quando não há mais possibilidade de recurso);

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.”

A PEC 32 faz as seguintes alterações nos incisos I e II do art. 41:

“I - em razão de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado; [...];

II - em decorrência de resultado insatisfatório em procedimento de avaliação de desempenho, assegurada ampla defesa em processo administrativo disciplinado por lei federal.”

No primeiro inciso, a PEC permite que o servidor perca o cargo em





Marcos Corrêa/PR

decisão proferida por órgão judicial colegiado, ou seja, em segunda instância, sem a necessidade do trânsito em julgado, o que reduz a possibilidade de defesa do servidor em ação judicial por meio da qual buscaria sua reintegração.

No inciso III a PEC permite a perda do cargo em decorrência de resultado insatisfatório em procedimento de avaliação de desempenho, conforme processo administrativo disciplinado por lei federal. A atual redação deste dispositivo, conforme processo administrativo disciplinado por lei federal. A atual redação deste dispositivo, determina a regulamentação do processo administrativo se faça por lei complementar, enquanto a PEC permite que a regulamentação ocorra através de lei ordinária. A diferença entre ambas é que a lei complementar é aprovada por maioria absoluta, enquanto a ordinária, por maioria simples. Assim a lei que regulamenta o processo administrativo disciplinar (PAD) pode ser alterada com maior facilidade pelo Congresso Nacional.

Supressão de direitos

Quanto à supressão de direitos, a PEC 32 é mais violenta do que a reforma trabalhista de 2017. A reforma trabalhista não alterou diretamente os direitos trabalhistas definidos na Constituição, pois foi implementada através de lei ordinária. O que ocorreu no ano de 2017, e prejudicou seriamente os trabalhadores, foi a criação de novas modalidades de contrato de trabalho, como o trabalho intermitente e em tempo parcial e a ampliação das possibili-

dades de terceirização. Essas novas modalidades oficializam a precarização do trabalho. A reforma trabalhista, também criou dificuldades de acesso à Justiça do Trabalho, sempre em prejuízo da classe trabalhadora.

Mas a PEC 32 vai além. Trata-se de uma reforma constitucional que atinge os direitos de todos os servidores públicos, da União, estados e municípios. Os servidores públicos que ingressarem na carreira a partir da vigência da Emenda Constitucional, caso a PEC seja aprovada, simplesmente não vão receber os principais direitos inerentes às suas funções.

A reforma trabalhista, também criou dificuldades de acesso à Justiça do Trabalho, sempre em prejuízo da classe trabalhadora

O art. 39, XXIII, da Constituição, passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39 [...]

XXIII - aos ocupantes de cargos e aos titulares de empregos ou de funções públicas da administração pública direta e indireta, no âmbito de

qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como aos ocupantes de cargos eletivos e aos membros dos Tribunais e Conselhos de Contas, será vedada a concessão de:

a) férias em período superior a trinta dias pelo período aquisitivo de um ano;

b) adicionais referentes a tempo de serviço, independentemente da denominação adotada;

c) aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos;

d) licença-prêmio, licença-assiduidade ou outra licença decorrente de tempo de serviço, independentemente da denominação adotada, ressalvada, dentro dos limites da lei, licença para fins de capacitação;

e) redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração, exceto se decorrente de limitação de saúde, conforme previsto em lei;

f) aposentadoria compulsória como modalidade de punição;

g) adicional ou indenização por substituição, independentemente da denominação adotada, ressalvada a efetiva substituição de cargo em comissão, função de confiança e cargo de liderança e assessoramento;

h) progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço;

i) parcelas indenizatórias sem previsão de requisitos e valores em lei, exceto para os empregados de empresas estatais, ou sem a caracterização de despesa diretamente decorrente do desempenho de atividades; e

j) a incorporação, total ou parcial, da remuneração de cargo em comissão, função de confiança ou cargo de liderança e assessoramento ao cargo efetivo ou emprego permanente.

Além da perda da estabilidade, os novos servidores ingressarão no serviço público como trabalhadores de segunda classe, o que pode até gerar divisão na categoria, algo que na iniciativa privada muito interessa aos patrões. No serviço público essa divisão também é de extremo interesse às classes dominantes, pois a desmobilização dos trabalhadores é fundamental para a burguesia ampliar sua esfera de exploração. Quanto menos serviço público, e quanto pior a qualidade do serviço, o capital se expande e mercantiliza o pouco daquilo que ainda resta, como a saúde a educação, segurança, etc.

Esta PEC merece uma dura resposta do movimento sindical e do conjunto da classe trabalhadora. Apenas a mobilização é capaz de frear tanto retrocesso. O parlamento e o Poder Judiciário não serão a salvaguarda dos trabalhadores. Basta lembrar que a reforma trabalhista foi aprovada com extrema rapidez e facilidade pelo Congresso Nacional e chancelada pelo Supremo Tribunal Federal.

Não há tempo a perder.

**No próximo artigo será feita análise dos impactos indiretos da PEC: as possibilidades de contratação de empresas privadas para executar serviços públicos e as consequências nos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos.*



Caroline Ferraz/Sul21

Trabalhadores aguardando no "Feirão de oportunidades"

MOVIMENTO NEGRO SOCIALISTA



Nas ruas e nas lutas no 20 de Novembro

“Temos que enfrentar alguns fatos. Que as massas são pobres, que as massas pertencem ao que vocês chamam de classe baixa, e quando eu falo sobre as massas, estou falando sobre as massas brancas, estou falando sobre as massas negras, e as massas pardas, e as massas amarelas também. Temos que encarar o fato de que algumas pessoas dizem que você combate melhor o fogo com fogo, mas dizemos que você apaga o fogo melhor com água. Dizemos que você não luta contra o racismo com racismo. Vamos lutar contra o racismo com solidariedade. Dizemos que você não luta contra o capitalismo com capitalismo negro; você luta contra o capitalismo com o socialismo”

Fred Hampton, militante do Partido dos Panteras Negras, que, ao ser preso pelo Estado norte-americano desencadeou o movimento “Eu sou Fred Hampton”, uma campanha de solidariedade por sua liberdade.

BRUNA MACHADO DOS REIS E CHICO AVIZ

O 20 de novembro é uma data histórica para a classe trabalhadora brasileira. A data surge em homenagem ao assassinato de Zumbi dos Palmares, dirigente do maior quilombo do período colonial, que ajudou a construir a organização e a luta dos negros no nordeste. É justamente para esse sentido que esta data precisa existir, ser anualmente construída e lembrada pelos revolucionários.

Não podemos deixá-la sob a tutela deste mesmo Estado que com suas “políticas públicas de inclusão” buscam arrefecer o nosso ódio de classe e a luta pela revolução socialista, única capaz de superar esse espólio de horror.

Vivemos na pele o cotidiano da exploração e da humilhação racista pela burguesia através do seu Estado, da sua polícia e seus massacres nos bairros proletários de todo o país. Com o objetivo de dividir a classe trabalhadora, o capitalismo impõe aos negros os menores salários, a ocupação dos piores postos de trabalho, a informalidade, os subempregos, a segregação social e a perseguição policial e judicial do Estado burguês.

Vivemos os ataques bolsonaristas de cunho terrorista contra os trabalhadores e a juventude que se mobilizam na luta de classes. São tentativas de calar e agredir ideológica e fisicamente a população negra, que acabam sendo corroboradas pelas direções operárias e estudantis ao não construírem a organização e a resposta à altura aos elementos mais reacionários e nefastos da sociedade.

Ao contrário do medo e do aceite às tentativas de nos calar, precisamos não apenas nos contrapor, mas pôr um fim a este Estado que formalmente proíbe o racismo, mas o pratica dia a dia, seja diretamente, seja legitimando as ações dos racistas à solta.

A história de nossa classe, de negros, bran-

cos, indígenas, todos que a compõe, já demonstrou que só a luta organizada e a unidade dos trabalhadores que podem garantir direitos e conquistas, que podem revolucionar. O racismo deve ser combatido cotidianamente de forma enérgica. Isso significa promover atos em todo o país no 20 de novembro, juntando nas ruas a população que derrotou o racista Bolsonaro nas urnas.

Aprender com a história do movimento negro no Brasil e no mundo

Às vésperas da eleição, uma deputada bolsonarista, Carla Zambelli, aponta uma arma para um homem negro. Nada acontece com ela. Como seria se fos-

se ao contrário? Empunhando uma pistola, atravessou a Alameda Lorena, perto do cruzamento com a rua Joaquim Eugênio de Lima, em direção ao bar onde estava Luan Araújo. Ele diz: “Amanhã é Lula, papai”. E foi! Mas e agora?

Depois da derrota de Bolsonaro, apesar do clima de vitória que contagiou a vanguarda dos oprimidos, que enxergavam em Bolsonaro seu pior inimigo, bloqueios, incomodações e a violência seguem por parte do bolsonarismo, das polícias e do Estado. Não há paz para a juventude negra. Se não há paz para nós, que não haja paz para eles.

Isso foi o que o Partido dos Panteras Negras, apoiando-se nos anseios

e reivindicações da juventude negra dos EUA, buscou expressar nos anos 60 em um cenário de alta polarização, como o que vivemos no Brasil agora.

À violência policial e ao racismo, o partido reagiu organizadamente, fazendo valer o direito constitucional de se armar para garantir a integridade física dos negros nos bairros proletários. Além disso, organizaram cafés da manhã grátis para as crianças e um programa de alfabetização. Há muitos erros na história dos Panteras Negras, inclusive a confusão sobre quais são as tarefas do partido: preencher a lacuna deixada pelo Estado burguês ou organizar as massas para impor a esse Estado os direitos básicos atendidos por serviços públicos, gratuitos e universais?

Os marxistas se pautam pela segunda alternativa, mas valorizamos e precisamos conhecer profundamente os acertos e erros dessa experiência importante do movimento negro internacional. Além disso, é preciso analisar a história que o precede. Theodore W. Allen, em 1975, escreveu “A luta de classes e a escravidão racial: a invenção da raça branca”, onde ele resgata a origem



PH Reinaux

do racismo no império norte-americano:

“Se o servo negro decidiu fugir, qualquer pessoa branca teria o direito legal, na verdade o dever, de capturar o fugitivo, e seria recompensada pela façanha. ‘Homens brancos pobres’, escreve um historiador, ‘habitualmente mantém seus olhos abertos com negros sem permissões formais, em razão da apreensão de um fugitivo ser um ganho financeiro inesperado.’”

Havia um temor de que a experiência revolucionária do Haiti (São Domingos à época), primeiro país americano onde os escravos se insurgiram contra seus senhores e aboliram a escravidão, se espalhasse por toda a América. O Chanceler William Harper da Carolina do Sul tranquilizava:

“É quase impossível que haja em qualquer nível um conluio (insurrecional) entre os escravos. Da parte dos homens livres, não haveria nenhum indivíduo tão pobre ou tão degradado (exceto por criminosos ou foras da lei aqui e ali) que não se atentariam ativamente para deter ou suprimir tais ações.”

Ou seja, a garantia da lei e da ordem estava dada pela divisão entre brancos e negros, que dava as bases para a ideologia racista. “Não governamos [os estados livres] por escravos negros, mas por seus próprios escravos brancos. Sabemos o que estamos fazendo - os conquistamos uma vez e podemos conquistar novamente(...)”, John Randolph da Virginia. É como cita Allen:

“O sociólogo e dono de escravos pioneiro George Fitzhugh descreveu em termos ainda mais explícitos o papel dos brancos pobres na ordem social estabelecida por e para o latifúndio burguês. ‘Os pobres [brancos],’ disse, ‘constituem nossa milícia e nossa polícia. [grifo nosso] Eles protegem os homens em posse da propriedade, como há em outros países; e fazem mais, garantem nas mãos destes homens a posse de um tipo de propriedade que eles não poderiam sustentar por um dia, sem a supervisão e proteção destes homens pobres.’ Aqui Fitzhugh aperfeiçoou a definição de escravidão racial. Não é simplesmente que alguns



Militantes do Partido dos Panteras Negras

brancos possuem escravos negros, mas que nenhum branco é possuído; não é simplesmente que brancos são por definição não-escravos, mas que os brancos pobres que não possuem escravos são por definição racial, detentores do trabalho negro.”

É também o que explica Marx a Abraham Lincoln, em suas cartas de 1865: “Enquanto os trabalhadores, verdadeira força política no Norte, permitiram que a escravidão definisse sua própria república, permitindo que o negro fosse dominado e vendido sem sua concordância e se vangloriassem na alta prerrogativa de que o trabalhador de pele branca para se vender podia escolher seu próprio mestre, não conseguiram alcançar a verdadeira liberdade de

trabalho.” Ou, de maneira mais sucinta e gritantemente atual, “o trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro”.

Construir o 20 de novembro

É tarefa de toda a classe trabalhadora, começando por Lula, a direção do Partido dos Trabalhadores, a direção nacional da CUT, do PCdoB e de todos os partidos, sindicatos, centrais sindicais e direções do movimento estudantil que se reivindicam como movimentos de esquerda construir um forte movimento nas ruas no dia 20 de novembro.

O bolsonarismo é a expressão mais degenerada da ideologia dominante, portanto racista. Essa expressão não co-

meçou nas eleições, nem acabou com ela. Luana Rafaela Oliveira Barcelos, uma criança negra de 12 anos, foi morta após o segundo turno das eleições, em Belo Horizonte. Além dela, outras quatro pessoas foram alvo dos tiros. Pedro Henrique Dias Soares, 28 anos, também morreu.

“A gente estava em uma comemoração entre família. Meu sobrinho estava cantando ‘é Lula, é Lula’, porque ganhou. [O atirador] simplesmente saiu atirando porque o Lula ganhou. O cara já chegou atirando”, disse a tia de Pedro, Amanda Dias de Paula, que deixou o local minutos antes da chegada do homem.

Qualquer pessoa que compreenda a negligência do Estado e a função racista da Polícia Militar não está se sentindo segura com a política do PT e da CUT de “vamos deixar as instituições restabelecerem a paz”. Pela mão das instituições, morremos diariamente. E queremos viver!

Portanto, todas as manifestações culturais no dia 20 de novembro são fundamentais e o direito a elas deve ser garantido por todos. Mas é preciso ir além. É preciso se manifestar e discutir politicamente uma pauta que entere o racismo junto com o bolsonarismo desde já.

Não podemos esquecer que foi durante o governo Lula, em troca de uma cadeira na ONU, que tropas brasileiras fo-

ram enviadas para reprimir o povo haitiano. Novas tentativas nesse sentido estão no cardápio do imperialismo, por isso precisamos dizer: Não às tropas da ONU no Haiti!

É preciso estudar a história dos Panteras Negras, é preciso estudar a novembrada, os quilombos e as revoltas nordestinas. Assim faremos, em frente única, revoar as galinhas verdes. Daremos fim à Polícia Militar, ao capitalismo e às opressões.

Lutamos pelo socialismo para construir um mundo em que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres. Mas essa luta só é possível a partir da unidade de todos os explorados, é por isso que combatemos o racismo, essa política burguesa defendida por parte da esquerda, que impede a união da classe trabalhadora e ajuda a burguesia de divisão da classe trabalhadora. Construiremos um mundo onde a felicidade não seja determinada pela cor da pele, não seja um sonho distante, mas uma realidade cotidiana.

Abaixo o racismo! Prisão para os racistas!

Pelo fim da Polícia Militar e das polícias racistas!

Fim das incursões nos bairros proletários!

Pelo Fim do Vestibular! Por Educação pública, gratuita e para todos os níveis!

Abaixo o racismo nas empresas! Trabalho igual, salário igual!

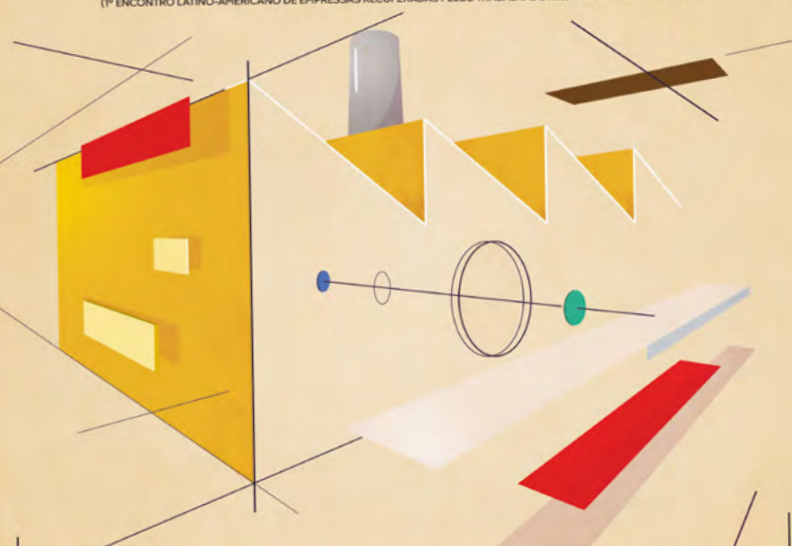


FÁBRICAS OCUPADAS

VIVA OS 20 ANOS DAS FÁBRICAS OCUPADAS!

ELES FECHAM AS FÁBRICAS, NÓS ABRIMOS. ELES ROUBAM AS TERRAS E NÓS OCUPAMOS. ELES FAZEM GUERRAS E DESTROEM NAÇÕES. NÓS DEFENDEMOS A PAZ E A INTEGRAÇÃO SOBERANA DOS POVOS. ELES DIVIDEM E NÓS UNIMOS. PORQUE SOMOS A CLASSE TRABALHADORA. SOMOS O PRESENTE E O FUTURO DA HUMANIDADE.

(1º ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE EMPRESAS RECUPERADAS PELOS TRABALHADORES, CARACAS, 29/10/2005)



PARTICIPE DA ATIVIDADE!

03/12/2022 às 16h
Transmissão pelo Canal Marxista
no YouTube!

VENHA CELEBRAR OS 20 ANOS DE OCUPAÇÃO DA CIPLA E DO MOVIMENTO DAS FÁBRICAS OCUPADAS!

As declarações do I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores

Nos dias 28 e 29 de outubro de 2005, em Caracas, Venezuela, aconteceu o I Encontro Latino-Americano de Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores e Trabalhadoras, que contou com a presença de 21 Centrais ou Confederações Sindicais de 13 países da América Latina e do Caribe, foram acordadas declarações que, por seu conteúdo, trazem conclusões fundamentais para se entender o Movimento das Fábricas Ocupadas e a conjuntura da época. Todas as declarações do encontro estão disponíveis em uma seção especial do marxismo.org.br dedicada à memória da ocupação da Cipla, Interfibras e do Movimento das Fábricas Ocupadas. Confira!



Mesa 1 – Trabalhadoras e Trabalhadores de Empresas Recuperadas

Centenas de trabalhadores de empresas recuperadas de nove (9) países da América Latina nos reunimos nesse, que foi um Encontro histórico para a classe trabalhadora internacional. Sob a hospitalidade da Revolução venezuelana, nos reunimos para assegurar fortemente o fio condutor de nossas diferentes experiências, que é a luta comum em defesa do emprego, do parque industrial, e pela soberania nacional em cada um de nossos países. Nos reunimos para

impulsionar nosso movimento, para defendê-lo, para nos ajudar uns aos outros e para tornar mais forte nossa luta contra o inimigo comum dos povos, o capitalismo que leva à guerra e planeja a miséria em todo o planeta.

Juntos confirmamos, pelos relatos dolorosos do sofrimento que aflige a todos, mas também pelos extraordinários relatos de resistência, de determinação, de organização, que nossa luta tem verdadeira importância internacional e que passa a fazer parte da histó-

ria da classe trabalhadora da América Latina.

A política imperialista destruiu nossos empregos e como liquidou paulatinamente os parques industriais. Em todo o mundo o capital organiza a miséria e o caos

Todos vemos como a política imperialista destruiu nossos empregos e como liquidou paulatinamente os parques industriais. Em todo o mundo o

capital organiza a miséria e o caos.

A política do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), a política de pagamento da dívida externa, com os diversos Tratados de Livre Comércio, todas essas formas conspiram para “rebaixar o custo do trabalho”, criando um regime de superexploração e de liquidação de nossos direitos trabalhistas sob as mais diversas formas e justificativas.

É o que vemos na Venezuela desde as pressões para a privatização da PDVSA até as cres-

centes ameaças e tentativas para a derrubada do governo legítimo de Chávez, tudo por sua posição de resistência anti-imperialista. É o que vemos na Bolívia: o povo boliviano lutando pela nacionalização e estatização de suas riquezas naturais.

Mas os resultados mais dramáticos dessa política é a liquidação das indústrias nacionais e, como consequência disso, o aumento do desemprego e da pobreza de nossos povos.

A falência de empresas é de responsabilidade dos

capitalistas e dos governos, dos especuladores financeiros e das multinacionais. Cada fábrica fechada é um cemitério de postos de trabalho, como o é o latifúndio no campo. Por isso, os trabalhadores do campo e da cidade têm o direito de ocupar as fábricas e as terras para defender seu trabalho e a soberania de nossos países. Por essa razão ocupamos as empresas e as pusemos a produzir.

Na América Latina a resistência à destruição da indústria e a defesa dos empregos assumiram diferentes formas. A crítica e seus questionamentos formam parte da discussão do movimento operário e foram objeto do debate deste Primeiro Encontro

Na América Latina a resistência à destruição da indústria e a defesa dos empregos assumiram diferentes formas. A crítica e seus questionamentos formam parte da discussão do movimento operário e foram objeto do debate deste Primeiro Encontro

avanço na busca dos interesses dos oprimidos.

Na Venezuela, que vive uma revolução, os trabalhadores colocaram na ordem do dia a expropriação dessas empresas para ficarem sob o controle dos trabalhadores. Saudamos o anúncio do companheiro presidente Chávez, durante a instalação deste Encontro, de realizar duas novas expropriações de empresas e colocá-las sob o controle dos trabalhadores. É disso

que necessitamos em todos os nossos países. Desejamos avançar até o controle total da economia pelos trabalhadores, para colocá-la, de forma planejada, a serviço de todo o povo.

Nosso movimento é anti-imperialista, anti-capitalista. É um grito e um movimento organizado da classe trabalhadora contra o regime da propriedade privada dos grandes meios de produção que só pode sobreviver fazendo guerra, explorando e oprimindo os povos.

Nossa resistência não passou despercebida aos patrões, ao grande capital e a seus organismos internacionais, que tratam de nos perseguir e reprimir. Tratam também de descobrir formas de destruir nossa resistência, envolvendo os trabalhadores em diversas formas de colaboração de classe, com possibilidades de integração individual no regime capitalista.

Combatemos a integração como nos é proposta pelo capital internacional com seus Tratados de Livre Comércio. Estamos pela integração fraterna e soberana dos povos, que apenas pode ser construída pelos próprios povos na luta contra a guerra e a exploração, na defesa de nossas conquistas.

Nesse Encontro relatamos e discutimos as diversas experiências, as lutas e as dificuldades dos traba-



lhadores das empresas ocupadas e recuperadas da América Latina e, para ampliar nossa luta internacional, decidimos aprofundar nossa articulação. Sob todas as circunstâncias, manteremos a independência de nossas organizações. A partir de hoje nos le-

vantaremos unificados, se em qualquer país os governos nos reprimirem ou nos ameaçarem com o fechamento das empresas que controlamos.

Nos dirigimos a todas as organiza-

ções sindicais, aos parlamentares que reivindicam a luta do povo trabalhador, para convidá-los a apoiar e defender nosso direito à ocupação para salvar os empregos e o parque industrial.

Eles fecham as fábricas, nós as tornamos a abrir. Eles roubam as terras e nós as ocupamos. Eles fazem guerras e destroçam as nações, nós defendemos a paz e a integração soberana dos povos. Eles dividem e nós nos unimos. Porque somos a classe trabalhadora. Porque somos o presente e o futuro da humanidade.

Convocamos todos a continuar esta luta, a ampliá-la e a nos reunirmos outra vez no próximo ano para aprofundar a unidade e a luta que sustentamos em conjunto com toda a classe trabalhadora e os povos contra o inimigo comum da humanidade.

Venceremos...!!!!

Caracas, 29 de outubro de 2005



NOVA EDIÇÃO DA REVISTA
AMÉRICA SOCIALISTA - EM DEFESA
DO MARXISMO CELEBRA OS 20 ANOS
DAS FÁBRICAS OCUPADAS!

ADQUIRA A SUA COM UM MILITANTE
DA ESQUERDA MARXISTA OU
UTILIZE O QR CODE AO LADO.



EM DEFESA DO MARXISMO

Marxismo, dinheiro e inflação

Parte 2 de 3

| ADAM BOOTH

O capital fictício, como mencionado anteriormente, também pode aparecer sob outras formas – o gasto do Estado com armas é um excelente exemplo.

Os fabricantes de armas não produzem capital constante na forma de fábricas, máquinas ou infraestrutura para uso produtivo. Mas também não produzem bens de consumo, que servem para manter e reproduzir a força de trabalho – ou seja, a classe trabalhadora.

A atividade desse setor, em outras palavras, não contribui produtivamente para aumentar os valores em circulação. Ao mesmo tempo, a indústria armamentista e seus trabalhadores têm que participar do produto

econômico total, na forma de salários e lucros.

Da perspectiva do sistema capitalista como um todo, portanto, o gasto estatal com armas é uma forma de consumo improdutivo; um dreno colossal na economia – semelhante, como sugeriu Keynes, a pagar trabalhadores para cavar buracos no solo.

Isso, na verdade, é capital fictício se mostrando de outra forma. Ted Grant explicou isso no texto “Haverá uma recessão?” uma resposta aos chamados “marxistas” que, durante o boom do pós-guerra, capitularam ao keynesianismo, acreditando que os gastos governamentais com armas poderiam superar a contradição da superprodução.

De fato, como explicado acima, esse gasto com armas apenas aumentou as contradições do sistema, contribuindo para as tensões que acabaram por romper a configuração de Bretton Woods. Isso, por sua vez, levou à explosão de pressões inflacio-

nárias reprimidas em todo o mundo.

Avançando rapidamente para hoje, está claro que as promessas recentes de aumento dos gastos militares pelo imperialismo dos EUA e seus aliados servirão novamente para aumentar os preços em toda a economia global.

Washington, por exemplo, aprovou um projeto de lei que permite que US\$ 40 bilhões em ajuda militar sejam enviados à Ucrânia, além dos US\$ 13 bilhões em doações relacionadas à guerra já enviadas desde o início do conflito.

Enquanto isso, em março deste ano seis outros membros da OTAN se comprometeram a aumentar seus orçamentos de defesa em US\$ 133 bilhões, com a Alemanha respondendo por mais de US\$ 100 bilhões desse valor.

No total, os gastos militares dos países da OTAN chegam a cerca de US\$ 1 trilhão por ano (70% dos quais são do Pentágono). Esse número aumentou



2% em relação aos 12 meses anteriores.

Em todo o mundo, o número é superior a US\$ 2,1 trilhões – o equivalente a 2,2% do PIB global: um fardo monstruoso para a sociedade, desviando a capacidade produtiva e os recursos para o suprimento de necessidades básicas, em direção a guerras destrutivas ou à sucata.

“Fenômeno monetário”

Os monetaristas e libertários também alertam para os perigos das políticas expansionistas, culpando governos imprudentes e irresponsáveis e seus bancos centrais por provocarem a inflação empregando métodos keynesianos e inundando o mercado com crédito barato.

Em particular, esses direitistas frequentemente apontam para exemplos históricos catastróficos de hiperinflação – como a Alemanha da era de Weimar, ou a Venezuela

l a e o Zimbábue em
t e m p o s
m a i s

m o -
d e r n o s

- para en-
fatizar que

não se pode escapar de uma crise imprimindo dinheiro.

Os monetaristas estão corretos nesta afirmação. Como discutido acima, injetar dinheiro em circulação sem qualquer aumento correspondente nos valores (mercadorias produzidas) abre caminho para aumentos descontrolados de preços.

No entanto, sua análise do dinheiro e da inflação, como de toda a economia burguesa, sofre por ser extremamente exagerada, unilateral e mecânica.

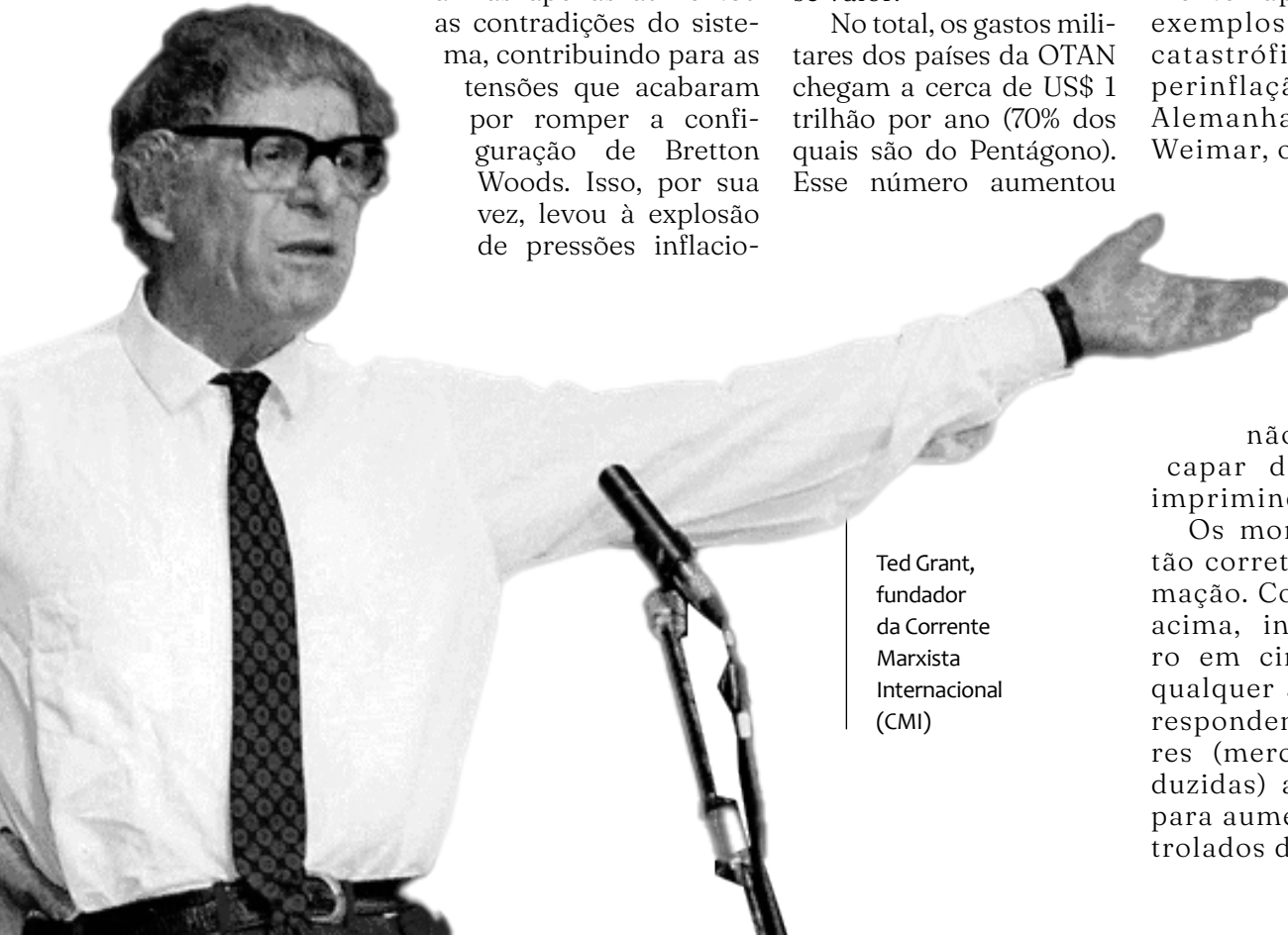
E o remédio proposto – austeridade deflacionária e ataques aos salários – é uma pílula amarga que a classe trabalhadora é obrigada a engolir, enquanto o problema real está no decrépito sistema capitalista.

“A inflação é sempre e em toda parte um fenômeno monetário”, afirmou Milton Friedman, uma das principais figuras da escola de economia de Chicago, famoso por influenciar políticos reacionários como o presidente republicano Ronald Reagan, a primeira-ministra conservadora Margaret Thatcher e o ditador chileno general Augusto Pinochet.

Em outras palavras, de acordo com Friedman e os monetaristas, em todos os casos, são simplesmente os aumentos na oferta de moeda que estão por trás da inflação.

Mas esta é uma explicação que na verdade não explica nada. É, como Marx o chamou, “fetichismo do dinheiro”: imbuir idealisticamente o dinheiro e a oferta monetária de um poder místico, divorciado – e elevado acima – das leis reais, objetivas e dialéticas que governam a dinâmica do sistema capitalista.

O resultado é confundir causa e efeito, o que leva a uma grande desordem, como Ted Grant explicou:



Ted Grant,
fundador
da Corrente
Marxista
Internacional
(CMI)

“[Os monetaristas] assumem a proposição elementar de que uma determinada quantidade de moeda seria necessária para movimentar uma determinada quantidade de bens em uma economia capitalista, a uma velocidade fixa do dinheiro; e que, se nessas circunstâncias, por exemplo, a quantidade de notas de moeda fosse duplicada, os preços também dobrariam.

Eles então concluem que em uma situação de inflação, se a ‘oferta monetária’ – ou seja, a emissão de notas e crédito – for reduzida, isso resultaria em uma queda proporcional dos preços, ou que pelo menos se daria a constante inflação de preços. Eles imaginam que remover o sintoma vai curar a doença.”¹

No fundo, isso é puro reducionismo. Enquanto o marxismo procura analisar os fenômenos dialeticamente, de uma maneira completa e multifacetada, os economistas burgueses (tanto da variedade monetarista quanto da keynesiana) isolam apenas uma parte de um todo interconectado e, assim, transformam uma verdade relativa em um erro grosseiro.

“Muito dinheiro” é certamente um aspecto da questão. Mas, em primeiro lugar, devemos perguntar: se é uma oferta monetária excessiva que causa a inflação, então o que determina a oferta monetária?

E, em segundo lugar, dizer que a inflação é simplesmente causada por “muito dinheiro perseguindo poucos bens” não é uma resposta. O que é muito dinheiro? E por que há tão poucos bens?

A quantidade de dinheiro na economia é apresentada pelos monetaristas como sendo uma torneira, controlada pelo Estado, que pode ser aberta e fechada à vontade. Da mesma forma, o nível de produção é retratado como um valor fixo.

Na realidade, porém, nem a oferta monetária nem a produção econômica são fixas ou independentes. Em vez disso, sob o capitalismo, ambos estão sujeitos à mesma força motora: a produção de lucro.

Os monetaristas colocam todo o ônus so-

bre governos e bancos centrais. Mas, como Marx explica em vários pontos ao longo de seus três volumes de O Capital, o Estado não tem controle total sobre a oferta de dinheiro sob o capitalismo.

Em vez disso, à medida que o capitalismo se desenvolve, vemos o crédito – principalmente na forma de empréstimos de dinheiro por instituições financeiras monopolistas, como bancos – desempenhando um papel cada vez mais importante, atuando como uma alavanca vital para a expansão da produção.

O que, então, determina principalmente o nível de dinheiro de crédito em circulação? Em suma: a produção e realização do lucro. Os capitalistas não tomam dinheiro emprestado simplesmente porque é barato, mas para investir e obter um lucro.

Sob o capitalismo, observa Marx, o dinheiro aparece como o “motor principal” e “força motriz permanente” da economia. E é certamente verdade que as rodas do capitalismo são lubrificadas com dinheiro de ponta a ponta, com uma infinidade de transações – de compra e venda – que dependem de dinheiro mudando de mãos.

Mas isso, enfatiza Marx, é apenas uma aparência. Na realidade, é a dinâmica do capital – a produção e distribuição de mercadorias para o lucro – que determina a demanda por dinheiro: particularmente na forma de crédito, mas também em relação ao dinheiro e à moeda.

A inflação, em outras palavras, pode na verdade ser um “fenômeno monetário”, como afirmou Friedman. Mas os fenômenos monetários são

eles próprios um reflexo das leis do valor – as leis que governam o sistema capitalista: um sistema de produção e troca generalizada de mercadorias; um sistema de produção para o lucro.

Flexibilização quantitativa

Então, a oferta de moeda não é o único determinante da inflação. O dinheiro não é a força motora do sistema capitalista. E a política monetária não é onipotente. O Estado, em suma, não pode superar as condições do capitalismo.

A prova do acima dito veio após o crash de 2008. Com as taxas de juros já reduzidas a quase zero e as dívidas públicas em níveis altíssimos, a classe dominante efetivamente ficou sem munição para combater a crise. Apesar de todos os seus melhores esforços, o investimento e o

crescimento permaneceram anêmicos.

Os bancos centrais dos países capitalistas avançados, portanto, injetaram trilhões na economia mundial na forma de flexibilização quantitativa, na tentativa de aumentar a liquidez e estimular os empréstimos pelos bancos privados.

Em poucos anos, o Federal Reserve dos EUA expandiu seu balanço em US\$ 4,5 trilhões. No Reino Unido, o Banco da Inglaterra criou cerca de 375 bilhões de euros por meio de Flexibilização Quantitativa (FQ). E até o BCE entrou em ação, comprando mais de 1 trilhão de euros em ativos.

De acordo com os monetaristas e sua “teoria quantitativa do dinheiro”, tal esbanjamento certamente deveria ter levado a uma inflação generalizada. Afinal, como discutido acima, parece elementar que – tudo o mais permanecendo igual – se alguém (digamos) dobrar a quantidade de dinheiro em circulação, isso simplesmente dobrará o preço de tudo.

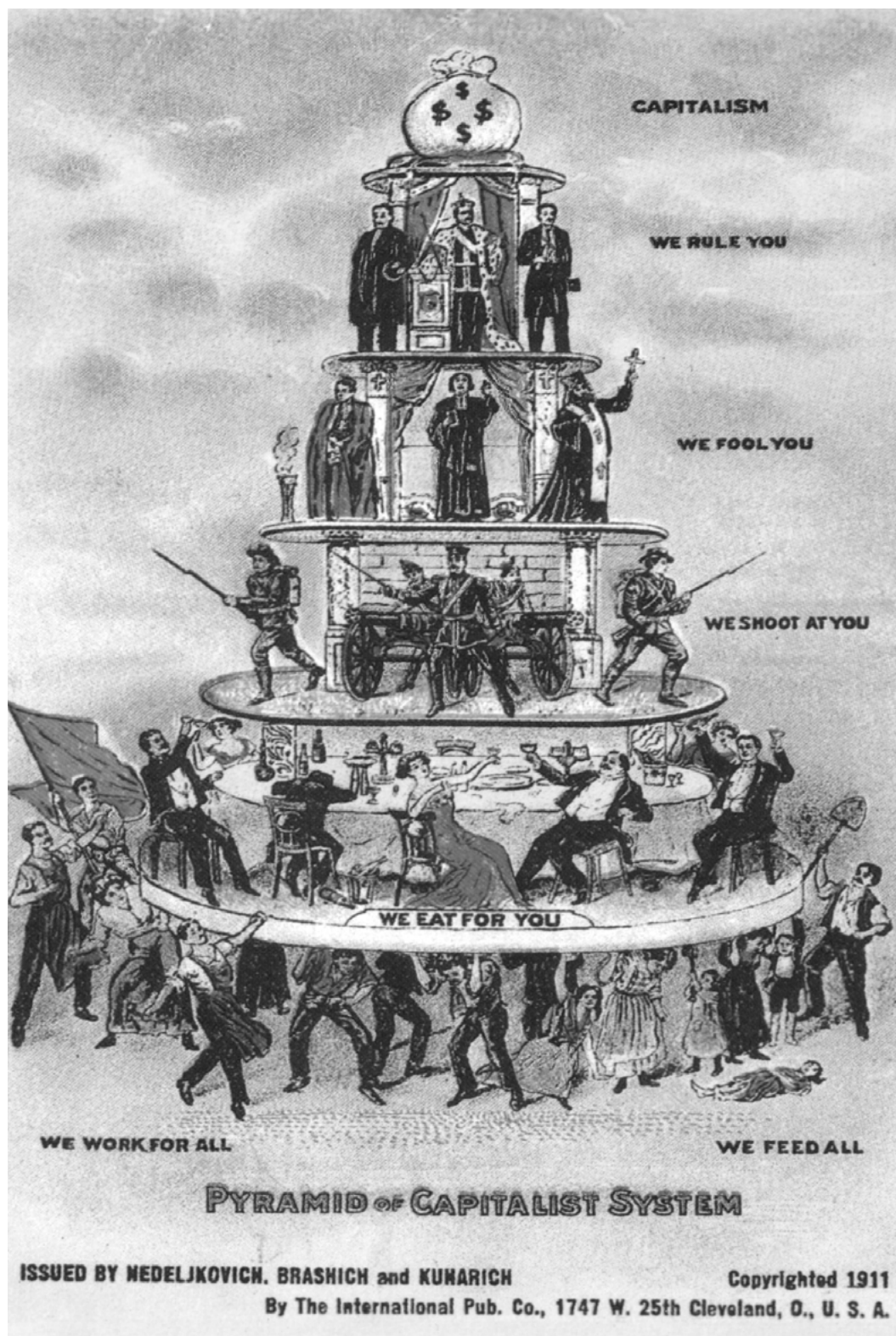
Mas nem todo o demais é igual. E essa inflação tão prevista nunca se concretizou. Na verdade, na Europa e em outros lugares, o maior medo ao longo desse período foi o da deflação depressiva.

Isso se deu por uma série de fatores. Por um lado, nas décadas anteriores à pandemia, várias forças atuaram para pressionar os preços para baixo.

Mais importante, longe do superaquecimento da economia mundial neste período, a superprodução global – refletida em uma abundância de oferta em relação à demanda – em vez disso, pesou sobre os preços.

Somado a isso, a globalização ajudou a manter os custos baixos, proporcionando fontes mais baratas de mão de obra e matérias-primas, além de maior eficiência por meio de economias de escala. Da mesma forma, os avanços tecnológicos (principalmente em termos de computação) ajudaram a reduzir os custos de capital.

Por outro lado, grande parte dessa vasta infusão de dinheiro nunca chegou aos bolsos dos consumidores – ou seja, à economia “real”; na circulação real.





Em vez de injetar dinheiro diretamente no sistema, na forma de um “lançamento por helicóptero” de dinheiro nas mãos das pessoas comuns, os bancos centrais criaram dinheiro novo para comprar ativos financeiros (como títulos do tesouro, títulos etc.) de instituições bancárias privadas. E isso, por sua vez, esperava-se, encorajaria esses bancos a fornecer crédito barato para empresas e famílias.

Em vez disso, os banqueiros cortaram seus empréstimos e aumentaram seus lucros; as empresas acumularam dinheiro ocioso; e os investidores canalizaram esse dinheiro fácil para um frenesi de especulação, alimentando bolhas em ações, habitação e criptomoedas.

E enquanto os bancos centrais abriam as torneiras de um lado, os governos sugavam a demanda da economia do outro, na forma de austeridade e cortes nos gastos públicos. A política monetária frouxa, em outras palavras, foi acompanhada por uma política fiscal restritiva.

Ao mesmo tempo, com mercados saturados e excesso de capacidade em todos os setores, o investimento empresarial permaneceu estagnado, o que significa que houve pouca demanda por crédito por parte dos bancos.

Isso, por sua vez, significava que, enquanto o estado criava dinheiro novo com total abandono, a oferta global de dinheiro – ou seja, a quantidade de dinheiro realmente em circulação – mal se alterava em comparação com sua tendência histórica.

As principais fontes de demanda efetiva, portanto, estavam todas ou moderadas ou em declínio. O consumo das famílias foi limitado pelo escasso crescimento dos salários reais, se houve algum. Os gastos do governo estavam sendo cortados. E o investimento privado ficou estável. O capitalismo estava preso em um mal caminho.

Tudo isso destaca os limites do que pode ser alcançado por meio da política monetária. Os capitalistas produzem

para obter lucros. Se eles não puderem fazer isso, a produção e o investimento serão interrompidos. E, como mostra este exemplo recente, nenhuma quantia de dinheiro barato os convencerá do contrário.

Fetichismo do dinheiro

Do outro lado do debate entre os economistas burgueses, os pregadores neokeynesianos da “Teoria Monetária Moderna” (MMT) caem na mesma armadilha que os monetaristas que eles criticam, compartilhando sua fixação mecânica e entorpecedora no poder do dinheiro – seu fetichismo do dinheiro.

Os defensores da MMT, no entanto, invertem o argumento de seus oponentes. Como os monetaristas, eles também veem erroneamente o dinheiro como a “força motriz” por trás do capitalismo. Mas, em vez de pedir uma política monetária apertada por trás disso, eles tiram a conclusão oposta: acreditam ingênua e falsamente que os governos podem estimular a produção imprimindo dinheiro.

O fato é que o capitalismo não pode ser administrado – nem por meio da política monetária, nem por meio das reformas de impostos e gastos. De fato, as “soluções” defendidas pelos fanáticos da MMT, como já enfatizado, são uma receita infalível para a inflação, como se vê hoje e ao longo da história, com os trabalhadores pagando o preço.

Tanto os monetaristas quanto os keynesianos da MMT, portanto, estão incorretos em focar toda a sua atenção na oferta de dinheiro e em fetichizar o poder do dinheiro sob o capitalismo.

Em vez disso, como Marx, deveríamos nos concentrar em descobrir as leis reais e objetivas que governam os movimentos de preços e a dinâmica do capitalismo. Só assim poderemos ter uma compreensão verdadeiramente científica do sistema capitalista: algo previamente necessário para apontar a saída desta crise.

Da mesma forma, como o dinheiro no capitalismo, não é apenas o sangue que dá vitalidade

ao corpo humano. Um suprimento sanguíneo saudável é certamente essencial para transportar oxigênio e outros nutrientes importantes para vários órgãos e tecidos. Mas não é responsável por produzi-los; nem o sistema circulatório define seu próprio volume e velocidade.

Os monetaristas, a esse respeito, são como sanguessugas medievais, esperando curar os doentes sugando o excesso de sangue deles. Os keynesianos, por sua vez, propõem pouco mais do que uma transfusão de sangue e um esparadrapo para curar uma ferida profundamente infectada.

Nenhum deles, no entanto, aborda a doença subjacente: o próprio capitalismo.

Sistema senil

Para os monetaristas, como mencionado acima, a solução para a inflação está na política monetária restritiva. Alguns até pedem um retorno ao padrão-ouro: amarrando rigidamente a oferta de dinheiro a uma mercadoria tangível, como o ouro.

Olhando para a história da inflação sob o capitalismo, há uma certa lógica nessa sugestão. Afinal, como já observado, os preços dispararam dramaticamente desde que o padrão ouro foi abandonado no período entre guerras, dando aos bancos centrais carta branca para imprimir dinheiro em moedas fiduciárias.

De acordo com a análise de economistas do Banco da Inglaterra, por exemplo, os preços no Reino Unido se multiplicaram por 20 entre 1948 e 1994, em comparação com uma mera triplicação de preços no período de quase três séculos desde a fundação do Banco, em 1694, até o final da Segunda Guerra Mundial. E a maior parte dessa inflação anterior ocorreu em três períodos de guerra, quando o padrão-ouro foi amplamente extinto: as Guerras Napoleônicas; a Primeira Guerra Mundial; e a Segunda Guerra Mundial.

No entanto, os monetaristas novamente confundem causa e efeito. O padrão-ouro (e mais

tarde o arranjo de Bretton Woods) entrou em colapso não por causa de qualquer erro político, mas devido às insuportáveis contradições que se acumularam no sistema capitalista global.

As potências imperialistas primeiro abandonaram o padrão-ouro com o início da Grande Guerra, enquanto tentavam financiar seus esforços de guerra imprimindo dinheiro; e depois novamente (após uma breve restauração) na década de 1930, durante a crise mais profunda da história do capitalismo, enquanto buscavam políticas monetárias expansionistas para estimular a economia, financiar déficits governamentais e fornecer liquidez a bancos falidos.

Em vez disso, como Marx, deveríamos nos concentrar em descobrir as leis reais e objetivas que governam os movimentos de preços e a dinâmica do capitalismo. Só assim poderemos ter uma compreensão verdadeiramente científica do sistema capitalista: algo previamente necessário para apontar a saída desta crise

Em essência, essa crise do sistema monetário foi um reflexo da crise do sistema capitalista; uma rebelião das forças produtivas contra as barreiras da propriedade privada e do Estado-nação.

A inflação vista desde então é sintoma não de governos temerários, mas do fato de estarmos na época do imperialismo; a época da decadência senil do capitalismo. Como Leon Trotsky explicou em seus discursos à Internacional Comunista após a Primeira Guerra Mundial, é um sinal da deterioração da saúde do sistema, que só pode ser mantido vivo por um fluxo constante de impressão de dinheiro e dívidas.¹

Até recentemente, os burgueses acreditavam arrogantemente que haviam abolido com sucesso a inflação. Os monetaristas, por exemplo, se gabavam de que – sob sua direção “independente” – os preços haviam sido controlados nas últimas décadas, resultando em uma era de inflação e desemprego relativamente baixos nos países capitalistas avançados.

Como já explicado, no entanto, esse período de inflação moderada não se deu graças aos métodos monetaristas, mas foi produto de fatores objetivos – como superprodução, globalização, automação e outros – que se combinaram para conter os preços.

É verdade que a classe dominante tem promovido políticas deflacionárias de austeridade e cortes salariais desde a década de 1970, pelo menos. Mas o resultado disso foi a devastação econômica e social, que foi apenas (parcialmente) aliviada por uma expansão maciça do crédito.

E o contraponto a isso tem sido as vastas dívidas acumuladas por governos, corporações e famílias em todo o mundo durante esse período – novamente acumulando as contradições, que eventualmente explodiram com o início do crash de 2008.

Os surtos de inflação e as dívidas crescentes, nesse sentido, são os dois lados da mesma moeda. Ambos são reflexo do impasse do capitalismo, que exige injeções cada vez maiores de capital fictício para sobreviver. Mas tudo isso só aumenta as contradições, abrindo caminho para crises ainda maiores e mais explosivas no futuro.

Choques de oferta

Fica claro, então, que o capital fictício – na forma de estímulo do governo e de FQ do banco central – é pelo menos parcialmente responsável pela epidemia de inflação que se seguiu à epidemia de COVID-19.

Mas um dilúvio de demanda é apenas um lado da equação. O outro são os problemas do lado da oferta que estão destruindo a economia mundial, com gargalos e escassez de mão de obra estrangulando

a produção de muitos bens essenciais.

As cadeias de suprimentos estão estendidas além de seus limites. Prevê-se que os enlaces e as rotas de transporte se mantenham atrasadas por meses ou até anos. E as empresas em vários setores ainda estão lutando para preencher as vagas de emprego.

A escassez em uma área, enquanto isso, pode enviar ondas poderosas por toda a economia em geral. Um aumento na demanda por microchips, por exemplo, levou a paralisações em indústrias mais avançadas, como a fabricação de automóveis.

Somado a esse caos, uma série de choques adicionais derrubou grandes suprimentos de commodities essenciais para a economia mundial.

O mais notável foi o impacto da guerra na Ucrânia e das sanções ocidentais contra o regime de Putin no fornecimento de petróleo e gás. A Ucrânia e a Rússia também são grandes exportadores de trigo, enquanto esta última é um importante produtor de matérias-primas como alumínio, paládio e fertilizantes.

Da mesma forma, há preocupações em torno da política “Zero COVID” da China, que provocou bloqueios rigorosos em regiões industriais do país que são pontos nodais para a produção e o comércio global.

Novamente, entendendo a relação entre valor, preços e dinheiro, fica evidente como esse processo também alimentou a inflação.

Os preços estão subindo em resposta a fortes desequilíbrios entre oferta e demanda. Isso é particularmente grave para componentes vitais de produção e distribuição, como energia e transporte. E isso tem um efeito profundo nos preços em geral, fazendo com que a inflação se generalize.

Na maioria dos países capitalistas avançados, por exemplo, é o aumento dos preços da energia que é responsável por uma proporção significativa (mais da metade) dos números oficiais da inflação. Na zona do euro, energia e alimentos respondem por quase três quartos da inflação.



Mas enquanto os preços estão subindo, os valores em muitos casos não estão. O tempo de trabalho socialmente necessário para perfurar petróleo nos EUA, por exemplo, não foi realmente impactado pelas proibições do petróleo russo.

Como resultado, os grandes monopólios de combustíveis fósseis estão registrando superlucros abundantes, aproveitando a crise para ampliar suas margens, em vez de investir para fornecer energia limpa e acessível para todos.

REFERÊNCIAS

¹ Karl Marx to Friedrich Engels, May 20, 1865, in Karl Marx and Frederick Engels: Selected Correspondence, 1846-1895, (New York: International Publishers, 1942), pg 202.

² Karl Marx, “Value, Price and Profit,” in The Classics of Marxism: Volume Two, (London: Wellred Books, 2015), pg 88.

³ Ibid., pg 88.

⁴ Ibid., pg 92.

⁵ Karl Marx, Capital: A Critique of Political Economy, Vol 2, (London: Penguin Classics, 1992), pg 414-5.

⁶ Karl Marx, “Value, Price and Profit,” in The Classics of Marxism: Volume Two, (London: Wellred Books, 2015), pg 95.

⁷ Karl Marx, “The Measure of Values,” in Capital: A Critique of Political Economy, Vol 1, (London: Penguin Classics, 1990), pg 188-98.

⁸ Karl Marx, Capital: A Critique of Political Economy, Vol 3, (New York: International Publishers, 1967), pg 335-6.

⁹ Thomas M. Humphrey, “Keynes on Inflation,” in FRB Richmond Economic Review 67, no. 1 (January/February 1981), pg 3-13.

¹⁰ John M. Keynes, How to Pay for the War: A Radical Plan for the Chancellor of the Exchequer, (London: Macmillan and Co. Ltd., 1940).

JUVENTUDE

Núcleo da Liberdade e Luta é fundado em Franco da Rocha!

| MIGUEL TUMA

Empenhados em levar e defender um programa revolucionário que se conecta as reivindicações da juventude e do proletariado brasileiro na necessidade da sua auto-organização e luta pelo socialismo internacional, a Esquerda Marxista lançou, como expressão do seu programa nas eleições deste ano, a candidatura da camarada Lucy Dias para deputada federal em São Paulo, militante da organização e membro da coordenação nacional da Liberdade e Luta. Sintetizando como slogan da sua campanha, as palavras de ordem no combate por: Abaixo Bolsonaro! Abaixo o Capitalismo! Por um governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais! Viva o Socialismo Internacional!

No dia 30 de julho, na subsede do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), foi realizado o evento de lançamento da pré-candidatura em Franco da Rocha, contando com a presença de militantes, simpatizantes, apoiadores e jovens estudantes da Escola Técnica Estadual (ETEC).

Dessa atividade foram encaminhadas panfletagens nas escolas estaduais do Jardim Cruzeiro e do Centro da cidade, abrindo novos contatos e expandindo o alcance de nossas ideias para além dos integrantes do comitê.

Além das panfletagens, o comitê realizou também uma atividade sobre a luta pela revogação da Reforma do Ensino Médio, no dia 24 de setembro, no Parque Municipal Benedito Bueno de Moraes. Com informes divididos entre os participantes, com base em diferentes artigos produzidos pela Liberdade e Luta e pela Esquerda Marxista.

Seguindo a agenda desenvolvida durante a campanha pelo comitê, re-

alizou-se o encontro que resultou no balanço da atuação do comitê no primeiro turno das eleições, e a conclusão da necessidade de se expandir a luta e levá-la a outros jovens estudantes e trabalhadores da região, através da sua continuidade por meio de um núcleo da Liberdade e Luta em Franco da Rocha.

(...) levá-la a outros jovens estudantes e trabalhadores da região, através da sua continuidade por meio de um núcleo da Liberdade e Luta em Franco da Rocha

Primeiros passos do núcleo

Com a perspectiva de alcançar mais estudantes e jovens trabalhadores para combater o capitalismo e exigir um futuro, foram decididos os passos seguintes do núcleo recém-formado.

Em primeiro lugar, a organização e participação no movimento estudantil secundarista na ETEC de Franco da Rocha na mobilização de uma comissão para reconstrução do grêmio estudantil, que teve suas eleições proibidas desde 2017 pela atual direção da escola, e a disputa das eleições através de uma chapa da Liberdade e Luta, conectando as reivindicações dos estudantes sob as bandeiras da educação pública, gratuita e para todos e a revogação da reforma do ensino médio, com a necessidade da sua organização para além dos muros da escola. Os primeiros passos dessa luta estão sendo desenvolvidos, resgatando a história da construção do grêmio e a necessidade de sua reconstrução, com a mobilização de uma Comissão Pró-Grêmio.

Propuseram como as primeiras intervenções a realização de panfletagens com caráter e necessidades diferentes. Uma que explicasse a tarefa do segundo turno, do voto em Lula para derrotar Bolsonaro nas urnas, sem perder a perspectiva da organização da luta para o embate entre classes, retornando aos locais onde estiveram para panfletar em apoio à candidatura para Deputada Federal da Esquerda Marxista, representada pela camarada Lucy Dias.

E a outra estabelecendo conexão da juventude com os trabalhadores ferroviários na luta contra a privatização da linha 7, linha que é utilizada pelos munícipes de Franco da Rocha, através do Comitê de Luta Contra a Privatização da CPTM pela revogação das concessões das linhas 8 e 9 e a luta pelo transporte público, gratuito e para todos! Essa panfletagem, realizada no dia 21 de outubro, teve como objetivo construir o ato contra a privatização da linha 7 que foi realizado no dia 25, com a presença de nove jovens secundaristas e quatro militantes da Esquerda Marxista. O próximo ato será no dia 21 de novembro, às 18h, na estação de trem de Franco da Rocha.

Um outro aspecto importante das atividades impulsionadas pelo núcleo da Liberdade e Luta em Franco da Rocha é a celebração dos 20 anos do Movimento das Fábricas Ocupadas, em que o núcleo decidiu realizar um cine debate com o documentário "Intervenção na Cipla e Interfibra (Fábricas Ocupadas, Lula e o Capitalismo)" de Flávio Damiani e como base para o debate serão utilizados artigos da revista "América Socialista - Em defesa do Marxismo": "O marxismo, as ocupações de fábricas e a revolução socialista" de Serge Goulart e "Aceitar o fechamento de fábricas? Jamais!" de Chico Lessa. O Cine Debate terá lugar no auditório da ETEC Franco da Rocha, no dia 26 de novembro, às 14h. Participe!



Ato contra a privatização da CPTM em Franco da Rocha



Panfletagem na Escola Estadual Benedito Aparecido Tavares panfletando o manifesto da candidatura e a plataforma política dos marxistas nas eleições.



Lançamento da pré-candidatura de Lucy Dias a Deputada Federal



Atividade de formação sobre a luta pela Revogação da Reforma do Ensino Médio.

DOCUMENTÁRIO
"INTERVENÇÃO"
DAS FÁBRICAS OCUPADAS

CINE DEBATE
📅 26/11 | 14h
📍 Auditório da ETEC de Franco

LIBERDADE e LUTA

TEORIA

John Reed e a Revolução Russa

MICHEL GOULART
DA SILVA

Corrida em 1917, a Revolução Russa é um dos mais importantes e influentes acontecimentos do século XX. Lembrada pela ação dos trabalhadores organizados nos soviets, e pelas lideranças que dirigiram o processo, em especial Lenin e Trotsky, a Revolução Russa teve em John Reed um de seus principais cronistas. O jornalista norte-americano, que havia acompanhado o processo revolucionário no México, se tornou possivelmente o principal cronista desses “dez dias que abalaram o mundo”. Nas palavras de Lenin, essa obra trata-se de “um retrato fiel e vigoroso de acontecimentos extremamente importantes para o entendimento do que realmente significa a Revolução Proletária e a Ditadura do Proletariado”.

Sua obra está centrada em narrar os dias anteriormente imediatos e a tomada do poder pelos soviets, sob a liderança bolchevique, em novembro de 1917. Nos primeiros capítulos, Reed localiza brevemente o processo, especialmente os fatos ocorridos ao longo daquele ano, bem como identifica as diferentes forças políticas e organizações que atuavam na Rússia. Um dos elementos mais importantes dessas primeiras partes, e que se liga diretamente ao restante da narrativa, passa justamente por mostrar como o apoio da classe trabalhadora foi crescendo ao longo dos

meses e como isso fortaleceu os organismos de poder proletário, o braço militar dos soviets, a Guarda Vermelha, e o Partido Bolchevique.

O processo narrado por Reed é extremamente rico e inspirador para aqueles que querem conhecer uma revolução por dentro. Nas páginas do livro, operários e camponeses não são um conceito abstrato, descrito superficialmente, mas sujeitos de um processo político em que são protagonistas ativos. Esse protagonismo se passa tanto nas ruas das cidades como em seus espaços de organização e luta.

Sua obra está centrada em narrar os dias anteriormente imediatos e a tomada do poder pelos soviets, sob a liderança bolchevique, em novembro de 1917

Nisso, os soviets cumpriram papel central, e Reed destaca isso. O congresso dos soviets, ou mesmo suas reuniões, são mostrados com grande vigor narrativo, mostrando de forma clara e simples o debate estratégico que percorria as ruas. Por meio das falas e da mobilização dos trabalhadores ficam claros os dois caminhos possíveis, o da conciliação com a burguesia ou o da

tomada do poder, e como a esmagadora maioria dos trabalhadores queria um novo poder baseado nos soviets. Reed relata que no dia 7 de novembro uma publicação bolchevique estampava a seguinte manchete: “Todo poder aos soviets de operários, soldados e camponeses! Paz! Pão! Terra!”. No mesmo jornal lia-se:

“Todo soldado, todo trabalhador, todo verdadeiro socialista, todo democrata honesto, percebe que há somente duas alternativas para a presente situação. Ou o poder permanece nas mãos desse bando de burgueses e grandes proprietários – o que represente todo tipo de repressão para os trabalhadores, soldados e camponeses, a continuação da guerra, a inevitável fome e a morte... Ou passará para as mãos dos trabalhadores, soldados e camponeses revolucionários, o que, neste caso, representa a completa abolição da tirania dos senhores de terra, imediata repressão aos capitalistas e uma perspectiva imediata de uma paz justa. Assim, a terra estará reservada aos camponeses, o controle da indústria estará reservado aos trabalhadores e o pão aos famintos, e essa guerra sem sentido chegará ao fim!”

Nisso fica evidente o papel direções no processo re-

volucionário, especialmente dos bolcheviques. O livro, escrito antes do ascenso do stalinismo, mostra o papel fundamental cumprido por Trotsky não apenas como presidente do soviets de São Petersburgo, mas como um das mais importantes lideranças de todo o processo. Trotsky era o mais importante porta-voz da política bolchevique perante as massas em luta.

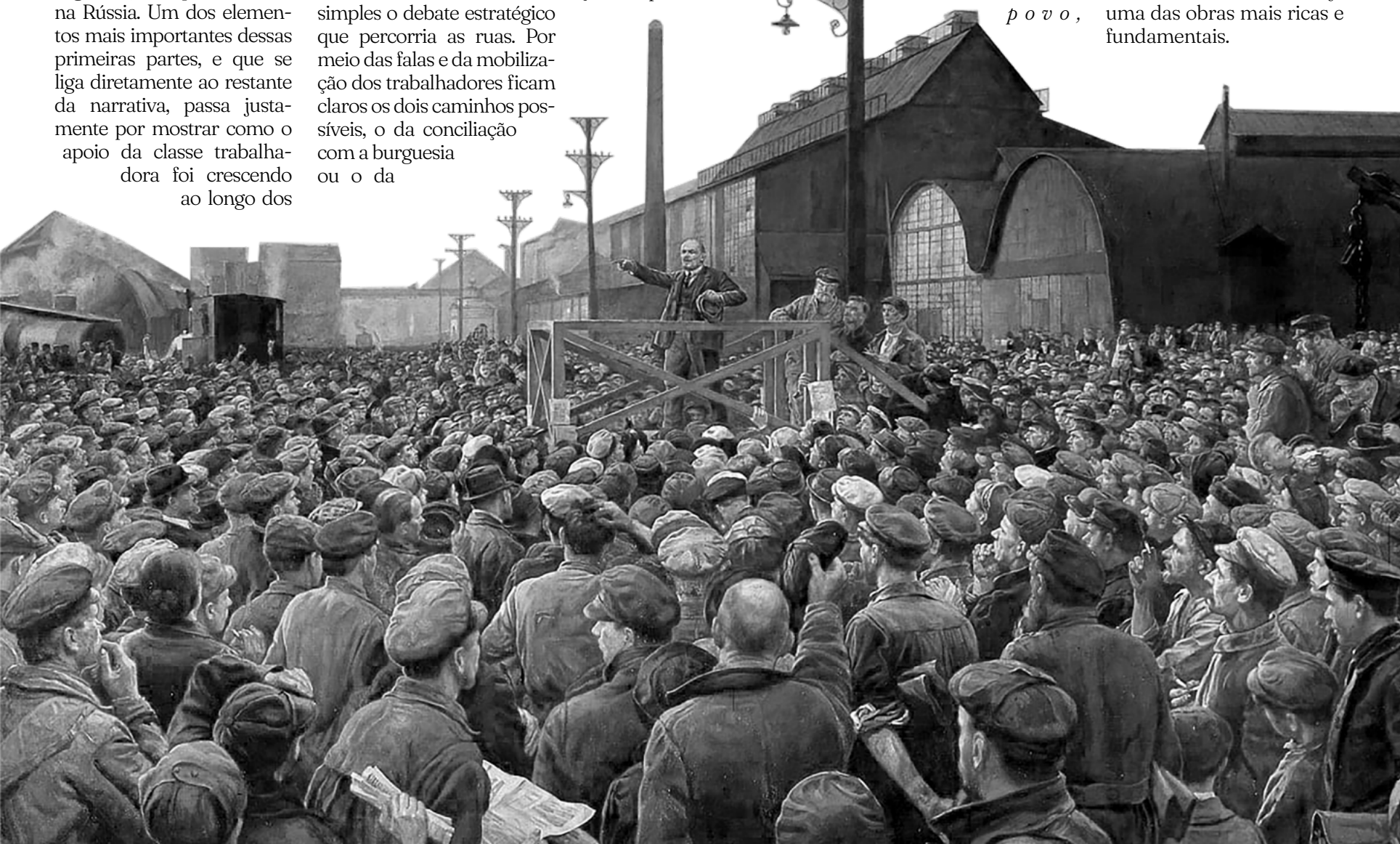
Os últimos capítulos mostram a concretização da tomada do poder. Por um lado, mostra a questão do chamado à frente única, central na política dos bolcheviques, em torno dos soviets. Os trabalhadores foram abandonando paulatinamente os reformistas mencheviques e socialistas revolucionários e, diante da negativa dos setores que compunham o Governo Provisório em apoiar um governo dos soviets, caminharam para a tomada do poder por suas organizações. Reed assim concluiu seu vigoroso relato:

“A única razão para o sucesso dos bolcheviques reside em sua compreensão dos vastos e simples desejos das mais profundas camadas do povo,



chamando-as para o trabalho de demolir o antigo e, em seguida, em meio à poeira das ruínas desabando, erguer as estruturas do novo.”

O livro de Reed é um dos mais importantes e empolgantes relatos sobre a Revolução Russa, escrito por alguém que viveu os dias importantes da tomada do poder. Nesta obra são mostradas suas contradições do processo e, principalmente, a força do proletariado na busca por construir seu poder. Para entender o que significa a organização dos trabalhadores e suas formas de luta, bem como o impacto da Revolução Russa para os trabalhadores, o livro de Reed ainda hoje uma das obras mais ricas e fundamentais.





INTERNACIONAL

Tirem as mãos do Haiti!

ROB LYON

Em julho de 2021, o presidente Jovenel Moïse foi assassinado e Ariel Henry assumiu o poder com o apoio do imperialismo norte-americano. Com a escalada da turbulência política e econômica e sofrendo o impacto da pandemia global, o Haiti estava em seu terceiro ano de recessão. O crescimento do PIB do país foi de -1,7% em 2019, -3,3% em 2020 e -1,8% em 2021. A inflação vinha subindo há quase uma década, atingindo uma alta de 22,9% em 2020, antes de diminuir ligeiramente para 15,9% em 2021. A deterioração da situação econômica aumentou massivamente a miséria das pessoas, em um país onde quase 60% da população vive na pobreza, quase metade (4,4 milhões) precisa de assistência alimentar imediata e 1,2 milhão sofre de fome extrema.

A violência das gangues estava fora de controle, com sequestros, mortes e assassinatos descarados. As gangues se engajavam na guerra aberta pelo controle do território, aterrorizando bairros inteiros e se envolvendo no assassinato de ativistas e jornalistas. Com o colapso do capitalismo haitiano, as gangues foram crescendo e se espalhando como um câncer.

O podre regime de Henry continuou, incapaz de fazer qualquer coisa para resolver qualquer um dos problemas que o Haiti enfrenta. Nunca houve qualquer solução para os problemas enfrentados pelas massas. A situação econômica e política continuou a se deteriorar, o que conduziu à atual situação.

Quanto mais as coisas mudam...

A situação hoje parece muito semelhante, só que muito mais aguçada. Apesar das promessas de eleições, Henry dissolveu o Conselho Eleitoral Provisório. As eleições foram adiadas indefinidamente, o próprio Henry nunca foi eleito e o Senado e a Câmara dos Deputados não estão mais se reunindo. Como Moïse antes dele, Henry governa por decreto e preside uma ditadura de fato.



O Haiti está agora em seu quarto ano de recessão. O crescimento do PIB este ano é de -1,2%. A inflação quase dobrou, tornando a vida quase impossível para a classe trabalhadora e para os pobres. A violência das gangues só piorou. Estima-se que as gangues agora controlam 60% da capital, Porto Príncipe.

Por pressão do imperialismo, o regime de Henry cortou o subsídio de combustível do Haiti no início de setembro. Por um lado, o regime haitiano não pode comprar combustível aos preços do mercado mundial e depois subsidiar o consumo doméstico. Este é especialmente o caso com o atual alto preço do petróleo. Por outro, dados os baixos salários e a pobreza esmagadora, o povo haitiano não pode pagar os preços do mercado mundial pelo combustível. Uma vez que o subsídio foi cortado, o preço do galão de gasolina (3,8 litros) subiu de 2 para quase US\$ 5.

O Haiti não tem uma rede elétrica funcionando, então a maioria das pessoas e instituições dependem de geradores a diesel como combustível. Os trabalhadores haitianos e os pobres precisam de gasolina, diesel e querosene para acender e cozinhar em casa, para chegar ao trabalho etc. Os aumentos no custo do combustível também aumentam o custo do transporte, o que afeta o preço de outros bens, como alimentos e água.

Cortar o subsídio do combustível foi um desastre para o povo haitiano. As massas simplesmente não podem mais arcar com o custo de vida no país. Manifestações

em massa eclodiram em todo o país, com as pessoas protestando contra o corte do subsídio do combustível e contra a violência cada vez maior e descarada das gangues.

Bloqueios da G9

A gangue G9 está bem armada e é considerada a aliança de gangues mais poderosa do Haiti. Ela esteve envolvida em vários massacres.

Chérizier, o líder da gangue, se apresentou como uma espécie de homem forte “revolucionário” que pode salvar o país da crise. Para protestar contra o corte do subsídio do combustível, a gangue G9 bloqueou o terminal de combustível de Varreux e exigiu a renúncia de Henry no dia seguinte ao anúncio do corte.

Com o principal terminal de combustíveis do país bloqueado desde então, há agora escassez de combustível.

A situação econômica e política no Haiti se deteriorou a tal ponto que os imperialistas estão seriamente preocupados com um colapso total do Estado haitiano. É por isso que eles estão agora considerando o pedido de ajuda militar internacional feito por Henry. Eles estão preocupados que a guerra de gangues possa se transformar em uma situação de guerra civil, levando ao colapso do governo. Uma preocupação maior é que as manifestações de massa possam se transformar em um movimento insurrecional e derrubar o regime de Henry.

Tirem as mãos do Haiti

O Conselho de Segurança da ONU já aprovou as sanções contra Chérizier e o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, pediu publicamente uma “força de ação rápida” internacional especial para ajudar a polícia haitiana a lidar com as gangues.

Mas as Nações Unidas não podem ser usadas de forma confiável pelos imperialistas para uma ocupação militar no Haiti após a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), de 2004-2017. A ONU tem legitimidade zero no Haiti e sua missão anterior vista como uma ocupação estrangeira por haitianos.

As massas haitianas devem se opor a qualquer intervenção estrangeira. Houve várias intervenções militares e ocupações desde a década de 1990, que nunca resolveram nada e sempre pioraram tudo. Tropas imperialistas vêm ao Haiti para apoiar e preservar o status quo e defender o regime atual. Muitos haitianos já se opõem a uma intervenção liderada pela ONU ou pelos Estados Unidos e, com razão, veem tal operação como uma ocupação do imperialismo estrangeiro.

Não há solução para o problema das gangues sob o capitalismo. A enfermidade geral do capitalismo no Haiti permitiu que as gangues crescessem e se metastatizassem como um câncer. As tropas imperialistas podem ser capazes de derrotar as gangues militarmente, com grande cus-

to para as massas haitianas, mas mesmo isso não fornecerá uma solução de longo prazo para o problema.

Organização revolucionária

Apesar da pobreza esmagadora e das condições difíceis, apesar da violência das gangues, do terror, dos assassinatos e sequestros, o movimento de massa continuou no Haiti. Esta é uma conquista notável por si só, considerando o quão intensa é a luta diária para sobreviver. Significativamente, este movimento de massas também não sofreu grandes derrotas, apesar de tudo.

Por causa das dificuldades da vida no Haiti e do terror das gangues, muitas figuras importantes e líderes do movimento de massa foram mortos ou desapareceram. Ativistas proeminentes e líderes de bairros são alvos frequentes das gangues. Isso coloca alguns desafios para o movimento. Não surgiu nenhuma liderança revolucionária que possa uni-lo em torno de um programa comum.

Nenhuma solução será encontrada entre os vários partidos burgueses e reformistas, que um a um capitularam ao regime de Henry ou aos interesses do imperialismo. A fundação de uma organização revolucionária de massas, unida em torno de um programa socialista, é uma necessidade urgente.

Derrubar o podre regime de Henry e todo o sistema capitalista no Haiti é tarefa dos trabalhadores e dos pobres haitianos. Agora é a hora de se construir uma organização revolucionária unida e desenvolver um programa de revolução socialista. Esta será a única saída da crise para as massas haitianas.

**Tirem as mãos do Haiti!
Não a uma ocupação imperialista!**

Derrubem o regime de Henry!

Lutem pela revolução!

* Esta é uma adaptação do artigo “Hands off Haiti! Oppose imperialist occupation, fight for revolution!”, escrito por Rob Lyon e publicado no site da Corrente Marxista Internacional, In Defense of Marxism (marxismo.com).